

Da patrimonialização à construção de identidades: trajetos de uma “memória étnica” na região portuária carioca¹.

- Flávia Carolina da Costa (Pós-doutoranda PPGAS/UFMT).

“Vivemos em um tempo em que a memória se tornou, como nunca antes, um fator de discussão pública. Apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar. A recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação”².

Introdução:

A região portuária do Rio de Janeiro, logo após as obras de reestruturação urbana empreendidas pelo Projeto Porto Maravilha e após as escavações que trouxeram à tona o Cais do Valongo, tornou-se uma área tensionada e requerida como território étnico-cultural por uma variada trama de narrativas oficiais e não-oficiais. A recente proposta de criação do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) evidencia em partes esse processo. Este paper, apesar de seu caráter ainda embrionário, tem por objetivo levantar algumas questões relativas aos conflitos que envolvem as tentativas de musealização e patrimonialização de uma “memória étnica” na região portuária ensejadas, sobretudo, pelas notícias midiáticas sobre a disputa pelo prédio Docas Pedro II – a princípio destacado como espaço preferencial para construção do MUHCAB – as estratégias assumidas pelo Museu de Arte do Rio (MAR) no esforço de construção de uma agenda conjunta de cultura com foco na “contemporaneidade das discussões de memória” entre os mais diversos agentes culturais e os grupos étnicos locais. A partir de uma perspectiva etnográfica, pretende-se lançar luz sobre como uma

¹ Texto feito exclusivamente para o VI ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito/2019. O caráter não conclusivo do texto deve-se ao momento de reflexão ocasionado pela pesquisa, que ainda está em andamento.

² Paul Antze e Michael Lambek (orgs.). “Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory”. Nova York, Londres: 1997, p.VII [apud] ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

noção de “memória étnica” vai sendo disputada semântica e simbolicamente, ao passo em que é construída como uma categoria nativa de posicionamento político não mais restrita aos grupos étnicos locais, pois também se estende aos discursos das instituições museais e dos agentes de cultura da região portuária carioca.

Breve panorama:

Levando-se em consideração o tombamento recente do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO³, é possível perceber o fortalecimento de um movimento de valorização da memória e presença africanas na região portuária carioca⁴, como também os caminhos pelos quais novas narrativas sobre a África vão sendo construídas no contexto mais amplo das Américas, a partir do momento em que se reconhece o tráfico de escravos como um crime contra a humanidade⁵ e das medidas políticas para restabelecimento de um diálogo posterior a esse reconhecimento.

A valorização das narrativas sobre a África e o crescente interesse pelos aspectos da cultura popular de origem africana não raras vezes têm pautado políticas de patrimonialização, sobretudo de artefatos intangíveis, e incentivado o processo de criação de museus, entendidos não somente como espaços de salvaguarda de memórias e histórias, como também um espaço de lutas políticas pela afirmação da diversidade, como lembra Lívio Sansone (2012:8). Nesse sentido, ao tomar o processo de criação do MUHCAB no Rio de Janeiro como objeto de reflexão, o que desejo é analisar a produção de culturas e de identidades por diferentes grupos étnicos e culturais, de modo a contribuir com os estudos sobre a história e a cultura afro-americanas, no contexto

³ <http://www.brasil.gov.br/cultura/2017/07/cais-do-valongo-e-declarado-patrimonio-mundial-da-humanidade>

⁴ Sobre isso ver: VASSALLO, S. P; CICALO, A “Por onde os africanos chegaram”, **Horizontes Antropológicos** [Online], 43 | 2015.

⁵ Importante frisar que esse reconhecimento encontra amparo nos trabalhos da UNESCO, no âmbito do Projeto “A Rota do Escravo”, desenvolvido desde 1994.

globalizado e atualizado da diáspora negra.

Considerando-se que as instituições que tratam da preservação e difusão de qualquer tipo de patrimônio cultural apresentam um determinado discurso sobre a realidade e que compreender esse discurso é descortinar relações de poder constitutivas de uma memória social e coletiva, espera-se que as reflexões suscitadas neste paper ofereçam subsídios teóricos e metodológicos para o entendimento acerca dos processos identitários, de patrimonialização e das relações étnico-raciais.

Meu ponto de partida é o processo de criação do antigo Museu da Escravidão e da Liberdade, no Rio de Janeiro. Todavia, tendo em vista o desenrolar político e burocrático envolto no processo de criação do referido museu, bem como algumas estratégias de ação de outros museus existentes na mesma região⁶ com objetivo de dar relevo às questões étnico-culturais locais, o trajeto etnográfico que vem se desenhando delineia a tentativa de se compreender como uma noção de “memória étnica” vai sendo disputada semântica e simbolicamente, ao passo em que é construída como uma categoria nativa de posicionamento político não mais restrita aos grupos étnicos existentes na região (como a Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, ou o Afoxé Filhos de Gandhi), pois também se estende aos discursos das instituições museais e dos agentes de cultura da região portuária carioca.

Tomo como objeto inicial de análise duas situações recentes. A primeira delas remete ao “Café com Vizinhos”, um evento organizado mensalmente pelo Museu de Arte do Rio, com intuito de “mapeamento e desenvolvimento de projetos em conjunto com artistas e produtores culturais vizinhos do MAR”⁷. Desde a sua criação, em 2012, o Museu de Arte do Rio vem manifestando publicamente e a partir de plataformas e eventos sua intenção de estabelecer uma relação continuada com os moradores da região

⁶ Como o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã e o Museu do Negro, situado mais no centro da cidade.

⁷ Definição retirada de: <https://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/educacao/vizinhos-do-mar>

portuária carioca. O Café com Vizinhos tornou-se, então, um espaço de encontros descontraído, mas com objetivo claro de mediar demandas dos moradores locais, numa rede de articulações colaborativas, visando a criação de uma agenda conjunta de cultura. Acompanhando os encontros mensais, é possível perceber que a ideia da construção de uma agenda conjunta de cultura ganha fôlego principalmente quando flerta com a questão da contemporaneidade da memória nas discussões que se espalham pelo território portuário. Apesar do número flutuante de participantes em cada encontro, as organizadoras do encontro demonstram entender que se um movimento que nasce da proposta de um museu não é capaz de produzir políticas públicas, ao menos colabora, institucionalmente, para a compreensão de que o coletivo serve para estruturar estratégias e ações de preservação de memória.

A segunda situação, bem mais recente, tem a ver com as últimas movimentações da Secretaria Municipal de Cultural (SMC). No dia 14 de fevereiro de 2019, Nilcemar Nogueira, então secretária da SMC, anunciou em suas redes sociais que estava deixando o cargo. O motivo, segundo seu próprio texto, é acompanhar a implantação de um instituto voltado exclusivamente para o desenvolvimento e fortalecimento do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), também localizado na região portuária do Rio de Janeiro. O MUHCAB é um projeto encabeçado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, cujo objetivo principal é “tratar o legado da escravidão sob a ótica da verdade e da reconciliação”, segundo informa o panfleto de divulgação produzido pela própria Secretaria. O museu seria, então, um espaço destinado à “história da contribuição do negro para a formação da identidade e da cultura brasileira”⁸, um lugar capaz de ressignificar a dimensão histórica do tema.

O projeto de criação do MUHCAB na região portuária carioca fortalece o

⁸ <http://oglobo.globo.com/opiniao/por-um-museu-sobre-verdade-20806072>

processo de institucionalização e patrimonialização da memória da diáspora africana iniciado com a descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo, em 2011, em meio às obras de revitalização empreendidas pelo projeto Porto Maravilha⁹. Em maio de 2017, o prefeito Marcelo Crivella assinou o decreto de criação do museu e escolheu o Centro Cultural José Bonifácio para sediar todas as negociações e pesquisas que venham a ser feitas pelo Conselho Curatorial. A escolha do Centro Cultural José Bonifácio como sede das negociações se deu pelo fato de que o prédio, também tombado pela Prefeitura, guarda um histórico de trabalhos e projetos voltados à preservação e divulgação da memória negra tanto da região portuária carioca, quanto do Brasil. Além disso, o Centro Cultural faz parte do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária¹⁰.

A criação do MUHCAB, desde seu anúncio, tem sido envolvida em uma trama de conflitos. A escolha do centro cultural como sede das negociações concernentes ao museu apaziguou provisoriamente uma delas: a princípio, o interesse da Secretaria Municipal de Cultura era que o museu funcionasse no armazém Docas Pedro II, onde atualmente está a ONG Ação da Cidadania, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza no início da década de 1990. O motivo para a escolha do armazém como espaço para o museu devia-se primeiramente ao fato de o antigo edifício ter sido projetado, em 1871, por André Rebouças, um engenheiro negro. O segundo motivo para a escolha do armazém deve-se ao fato de que ele se encontra exatamente em frente ao Cais do

⁹ Em 2013, O Cais do Valongo foi alçado à categoria de candidato ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, no âmbito do projeto Rota do Escravo e, em 2017, ganhou o reconhecimento oficial.

¹⁰ Em novembro de 2011, o decreto municipal 34.803 instituiu a criação do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na região portuária, como uma forma de dar visibilidade e apoio às descobertas arqueológicas trazidas à tona durante as obras mais intensas de revitalização urbana da região. O Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana trata-se, por sua vez, de um pequeno roteiro turístico por locais eleitos pelo Grupo de Trabalho como importantes para a memória da cultura afro-brasileira. Fazem parte do Circuito: a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Centro Cultural José Bonifácio, o Largo do Depósito (atualmente conhecido como Praça dos Estivadores), o Instituto Pretos Novos e o Jardim Suspenso do Valongo.

Valongo, na Avenida Barão de Tefé, o que comporia um cenário mais harmonioso à presença e à herança africanas na região. Todavia, a ideia de que o museu de alguma forma deslocaria a Ação da Cidadania do prédio que ocupa desde os anos 2000 gerou um mal-estar bastante reproduzido nas redes sociais, o que pode ter impulsionado a transferência da sede provisória do museu para Centro Cultural José Bonifácio.

Outro ponto conflituoso envolvendo a criação do MUHCAB refere-se ao destino objetivo que será dado ao museu e às coleções que farão parte de sua exposição. Em um primeiro momento, aventou-se que o museu abrigaria os artefatos arqueológicos encontrados durante as escavações que aconteceram entre os anos de 2011 e 2012. Todavia, em novembro de 2016, a Sala de Imprensa do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro noticiou que o próprio MPF e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) teriam assinado um Termo de Ajustamento de Conduta visando garantir a guarda definitiva e a gestão dos achados arqueológicos, bem como a criação de um Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana do Estado do Rio de Janeiro, a ser construído em um dos galpões da antiga Estação Marítima da Gamboa, localizada entre o Morro da Providência e a Cidade do Samba, também na zona portuária, onde atualmente já se encontram devidamente acondicionadas 1,5 milhão de peças limpas e catalogadas¹¹. No mesmo Laboratório também deveriam ser construídos uma área para exposição, um laboratório de pesquisas arqueológicas, salas para pesquisadores e um auditório.

Considerações nada conclusivas:

O caráter inicial dessa pesquisa não permite a elaboração de considerações finais muito arrojadas. Para este momento, a reflexão que se coloca é que tanto o processo de

¹¹<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-assina-tac-com-prefeitura-do-rio-para-preservacao-do-patrimonio-arqueologico-do-cais-do-valongo>

criação do MUHCAB, quanto a construção de uma agenda conjunta de cultura pelo Café com Vizinhos do MAR têm como pano de fundo uma discussão sobre memória e seu alcance político e cultural no território da região portuária carioca. A criação do MUHCAB somada à recente oficialização do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade reverbera, ainda, um movimento global de redimensionamento do impacto da escravidão de homens e mulheres negros africanos em todo o mundo, mas principalmente nas Américas.

Entendendo, a partir da leitura de Michel-Rolph Trouillot¹², que relatos sobre o passado, mesmo que sobre um passado longínquo, podem ser descrições que permitem perceber como ele ainda se relaciona com o presente e que toda forma de celebração da memória é também uma forma de silenciamento¹³, minha proposta é a de compreender como a atualidade das discussões de memória na região portuária carioca ressalta questões étnicas, que até bem pouco tempo atrás figuravam apenas como história de um tempo remoto.

A ideia de patrimonialização da memória da diáspora africana vem sendo discutida pela antropologia e pela história há algum tempo. Por causa de seu aspecto de dispersão, a noção de diáspora ganhou grande ênfase nos estudos pós-modernos e pós-coloniais, como demonstram os estudos de James Clifford (1994) e Paul Gilroy (2001), por exemplo. A noção de diáspora como um processo iniciado no tráfico negreiro e concretizado na construção heterogênea de laços sociais e políticos em contextos geográficos variados, traduz algo mais globalizado, avesso à ideia de fronteiras e mais fluído. As múltiplas dinâmicas pressupostas em um “universo diaspórico” apontam para

¹² Especificamente: TROUILLOT, M-R. 1995. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press.

¹³ Porque, segundo as observações de Trouillot – com as quais concordo para fins de desenvolvimento desta pesquisa – qualquer celebração é uma narrativa e esta, por sua vez, é um movimento ativo, ligado a um processo de negociações e de poder. Portanto, celebrar certas memórias e acontecimentos é escolher entre o que deve ser lembrado e o que pode (ou deve) ser esquecido.

a dimensão política da construção de comunidades em deslocamento histórico.

Exatamente por conta da fluidez da diáspora, a forma como a África tem sido vista e representada em termos geopolíticos e econômicos sofreu considerável alteração no Brasil e no mundo e, neste sentido, o reforço da presença africana na cultura popular brasileira teve grande participação. Se, por um lado, esse movimento trouxe à tona antigos estereótipos – tantas vezes pressupostos na noção de “África ancestral” – por outro, contribuiu para que, pelo menos no Brasil, uma memória da África começasse a ganhar novos contornos, fato percebido, principalmente, no aumento das demandas por processos identitários e de patrimonialização da cultura [cf. SANSONE, 2012:7].

As políticas de valorização do patrimônio e dos aspectos da cultura popular africanos têm criado uma nova economia e um novo mercado, com novos problemas, mas também com novas possibilidades. É o que se percebe, por exemplo, na criação de museus. Entendidos como lócus de luta política pela afirmação da diversidade [cf. SANSONE, Op.cit.], os museus voltados às questões e à cultura africanas servem não só para impulsionar a reflexão acerca da valorização de uma cultura popular, e outrora subalterna, como também para incentivar a profissionalização da produção de um tipo específico de cultura popular que objetiva atender a um nicho econômico particular, o turismo étnico-cultural. Neste sentido, a construção do MUHCAB na revitalizada região portuária do Rio de Janeiro se encaixa perfeitamente em um cenário em que a especulação turística se tornou o principal motor da economia municipal e estadual.

A presença do futuro museu soma-se ainda a outros “aparelhos turísticos” locais, também pautados no apelo étnico-cultural, como o próprio Cais do Valongo, o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e os pontos específicos que juntos compõem o circuito, mas individualmente conservam histórias e trajetórias

próprias, como o Instituto dos Pretos Novos¹⁴, o Largo do Depósito (atualmente designado Praça dos Estivadores) e a Pedra do Sal. Cada um desses espaços abriga ainda um mosaico de vozes de moradores e movimentos identitários voltados ao reforço do pertencimento territorial, como é o caso do Quilombo da Pedra do Sal¹⁵.

Ao se propor a criação de um museu que aborde aspectos da escravidão e da liberdade negras, vai-se também construindo uma narrativa entremeada pelas relações com a história, o tempo e a memória. E, ao se analisar a construção dessa narrativa é preciso ter em mente que ela não está relacionada a criações arbitrárias da realidade, mas sim a sistemas e conjuntos de representações capazes de fornecer um novo sentido tanto ao museu, quanto à história e à memória, cuja validade será fruto de um jogo político e ideológico, como argumenta Myriam Sepúlveda dos Santos (2006: p.19). A narrativa da história está associada à representação da realidade, esta por sua vez tomada como algo em contínuo movimento, mas com certa autonomia em relação às ações humanas. Assim, se história é narrativa e experiência, a memória também é [cf. SANTOS, Op. cit.].

Todavia, não basta dizer que as narrativas históricas são produzidas. Mais do que isso, é preciso apontar e compreender como se dá essa produção, afinal, “narrar a história é também fazê-la” [cf. TROUILLOT, Op. cit.] A proposta de observar etnograficamente o processo de criação do MUHCAB e as tensões envoltas na disputa por essa “memória étnica” que perpassa culturalmente a região portuária tem por finalidade mostrar que os fenômenos e relações particulares ao processo de criação do museu podem ser analisados em seu conjunto maior de significados, de modo a se

¹⁴ O Instituto dos Pretos Novos, nascido a partir de um antigo cemitério de escravos e descoberto em 1996, vem protagonizando nos últimos tempos um problema bastante divulgado pela mídia e pelas redes sociais. Financiado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), o Instituto perdeu o patrocínio municipal que o mantinha aberto na reorganização econômica da nova prefeitura. Correndo o risco de ser fechado, o IPN, por si só, levanta diversas reflexões sobre os rumos que a patrimonialização vem tomando no contexto portuário carioca. Deseja-se que a pesquisa aqui proposta consiga, inclusive, aprofundar tal reflexão.

¹⁵ Sobre esse assunto, Ver COSTA, F.C. 2016, 2014, 2010.

compreender como vai sendo construída simbólica e socialmente a narrativa histórica e a memória que emergem nesse contexto.

Bibliografia:

ARAÚJO, A. L. “Caminhos atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos”. *Varia hist.* Belo Horizonte, v.25, n.41, p. 129- 148, jan./jun. 2009.

_____. **Public memory of slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic.** New York: Cambria Press, 2010.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CICALO, A. **Urban encounters: affirmative action and black identities in Brazil.** New York: Palgrave MacMillan, 2012.

_____. “A voice for the past: making “public” slavery heritage in Rio de Janeiro”. **International Journal of Tourism Anthropology**, Geneva, v. 3, n. 2, p. 170-183, 2013.

_____. From racial mixture to black nation: racialising discourses in Brazil’s African affairs. **Bulletin of Latin American Research**, Oxford, v. 33, n. 1, p. 16-30, 2014.

COLLINS, J. **Revolt of the saints: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy.** Queens College, City University of New York: Duke University Press, 2015.

COSTA, F. C. da. **Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira.** *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

COSTA, F.C., BAUTÈS, N., GONÇALVES, R.S. 2014 “Le Quilombo, l’Église et la Loi. Conflits et arrangements autour de l’appropriation de un espace de mémoire”. **Annales de Géographie** (Paris), v.700, p. 1310-1337.

COSTA, F. C. da. **Nas tramas da revitalização: conflitos e movimentos na zona portuária do Rio de Janeiro.** *Tese* (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

COSTA, F.C. **Museus e memórias – uma reflexão.** *Cidadania em Ação*, Rio de Janeiro. RJ. Fev./2017.

CUNHA, O. G. da. 2004. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *MANA* 10 (2), pp 287-322, UFRJ: Museu Nacional, Rio de Janeiro.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34, 2001.

MATTOS, H.; ABREU, M.; GURAN, M. (Org.). **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

PANFLETO de divulgação do Museu da Escravidão e da Liberdade. *Cultura + Diversidade.* Rio de Janeiro, 2017.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRICE, Richard. 1983. **First time: the historical vision of an Afro-American people.**

Baltimore and London: John Hopkins University Press

PROPOSTA de carta aberta de reivindicações referentes ao Cais do Valongo e à Pequena África. Rio de Janeiro, 2011. Elaborada por lideranças do movimento negro em 24 de junho de 2011.

SANSONE, L. (org). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas de identidade**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, M. S dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SEMINÁRIO Internacional “Herança, identidade, educação e cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão”: relatoria: sessão de abertura. Brasília: Fundação Cultural Palmares: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2012. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/rotadoescravo/wp-content/uploads/2012/08/sessao-deabertura.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

TROUILLOT, M.-R. 1995. **Silencing the past: the power and production of history**. Boston: Beacon Press.

VASSALLO, S. P. Desenterrando memórias: patrimônios afrodescendentes em disputa na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: SOUZA, R. (Org.). **Sociedade em perspectiva: cultura, conflito**, identidade. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. p. 157-187.

_____. Culturas em disputa: a criação do Programa Porto Maravilha Cultural no projeto de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. In: SANTOS, M.; PONTES JR., G.; CASTRO, M. **Diálogos interdisciplinares: literatura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p. 57-81.

VASSALLO, S. P; CICALO, A “Por onde os africanos chegaram”, **Horizontes Antropológicos** [Online], 43 | 2015.